

Roriz veta semana inglesa após acordo com deputados

Dida Sampaio 08/10/90

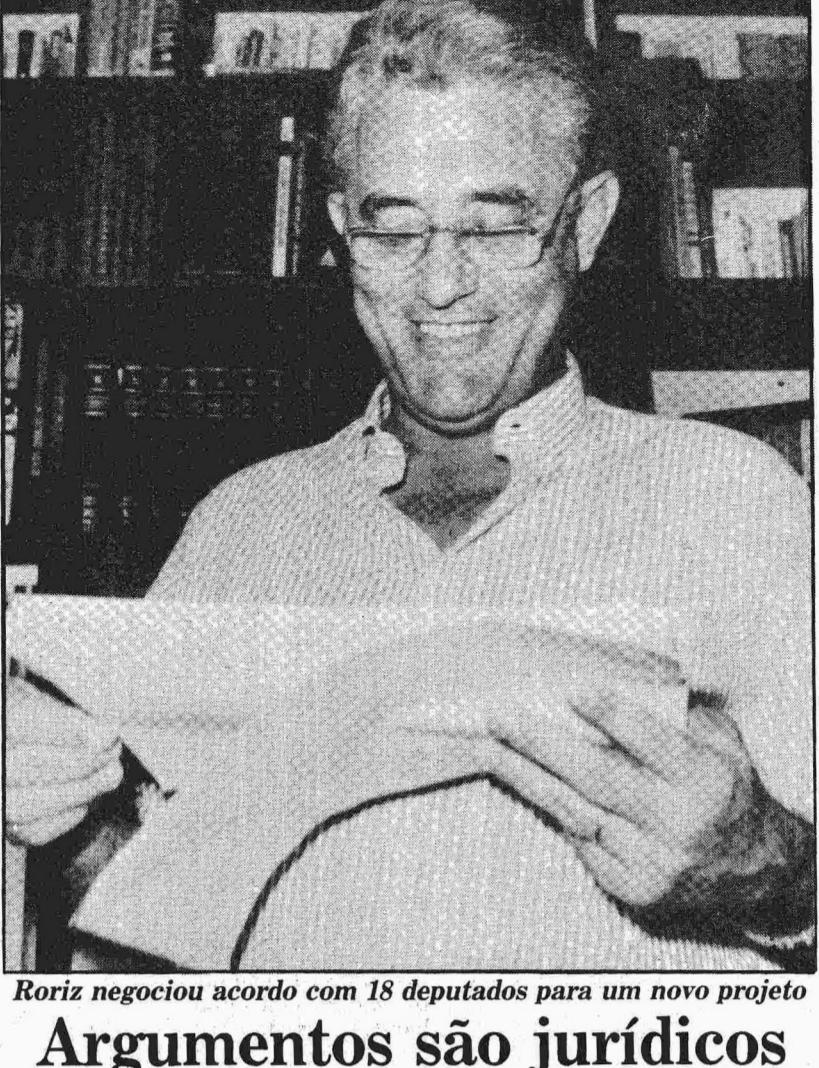
O governador Joaquim Roriz vetou integralmente o projeto de lei instituindo a semana inglesa no DF, de autoria do deputado distrital Cláudio Monteiro (PRP), como parte de um acordo firmado entre ele e 18 parlamentares, que vão trabalhar na elaboração de uma nova proposta sobre o mesmo assunto. "A nossa intenção é atender os interesses de todos os envolvidos — empresários, trabalhadores e a população — para que ninguém seja prejudicado", disse Roriz. O governador afirmou que não teme um desgaste em relação ao Legislativo, já que este é mais um veto seu aos projetos dos deputados. Ele deixou para ontem, último dia do prazo, para pronunciar, o anúncio da sua decisão. "Não estou fazendo nenhum confronto com o Poder Legislativo e prova disso é o convite que fizemos aos deputados para discutir o projeto. Após esse encontro, nós decidimos pelo voto", disse.

Segundo a assessoria do Palácio do Buriti, pesaram na decisão de Roriz a opinião pública, "que se colocou contra o projeto"; a autocrítica que os próprios deputados — que aprovaram o texto por unanimidade — fizeram, considerando que houve pressa na apreciação; a questão jurídica; e os problemas de desemprego que poderiam surgir.

Mensagem

Na mensagem enviada ao presidente da Câmara Legislativa explicando os motivos do voto total ao Projeto de Lei nº 080, de 1991, dispendo sobre o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do DF, Roriz explica que o projeto, em alguns trechos, feria a Constituição Federal. Mas, o principal motivo do voto, de acordo com o secretário de Comunicação, Fernando Lemos, foi a necessidade de uma ampla discussão, para que se chegue a um acordo com uma solução capaz de atender a todas as partes.

"Esse acordo reforça as relações entre os Poderes Executivo e Legislativo e dá uma demonstração clara da maturidade política reinante no Distrito Federal", declarou o governador. Roriz salientou que ele e os deputados assumiram o compromisso de uma discussão aberta com a sociedade sobre o tema, com o objetivo de conceber um novo projeto, "que atenda as partes envolvidas e elimine os questionamentos de ordem constitucional". O governador disse esperar que durante os 30 dias que os deputados terão para examinar o voto um novo texto já esteja encaminhado. "Espero sancionar um projeto, que seja de interesse de Brasília", disse.



Roriz negociau acordo com 18 deputados para um novo projeto

Argumentos são jurídicos

No texto enviado à Câmara Legislativa para justificar o voto ao projeto de lei estabelecendo a semana inglesa no DF, o governador Joaquim Roriz usou argumento apresentados pela Consultoria Jurídica do GDF. Um deles é de que "ao pretender dispor, embora de maneira não muito clara, sobre a duração do trabalho normal, poderia-se confundir dois assuntos que, embora harmônicos entre si, se apresentam independentes: jornada de trabalho e horário de funcionamento do comércio". Além disso, verificou-se que o projeto feria, em alguns trechos, a Constituição Federal.

A Consultoria achou que o projeto chegou a excluir, em seu artigo 3º, no qual se definiam as exceções, alguns ramos de comércio, sem dispor sobre o regime de funcionamento em que estaria enquadrado. A análise jurídica mostrou ainda que o artigo 4º do projeto feria a Constituição, "pois transfere a competência do Estado de fixar o

funcionamento dos estabelecimentos comerciais, nas condições que especifica, para um Acordo ou Convênio Coletivo de Trabalho". A mensagem prossegue afirmando que o projeto "viola, ainda, o artigo 22, item I, da Carta Magna, ao dispensar tratamento à matéria no âmbito do Direito do Trabalho, competência privativa da União".

Para concluir, Roriz afirma que "tendo em vista o anseio dos comerciantes, da comunidade, a necessidade de cumprimento da legislação do País, a harmonia entre os Poderes Executivo e Legislativo e entre eles e a sociedade, penso ser importante uma ampla discussão com todos os setores envolvidos, para a apresentação de novo projeto que disciplina a questão". O consultor jurídico do GDF, Benjamim Roriz, afirmou no início da noite de ontem, que só daria maiores explicações sobre o voto após Roriz assinar a mensagem. O governador, até às 18h30, não havia assinado o texto a ser enviado à Câmara.

Distritais aprovaram sob pressão

Dida Sampaio

O ponto marcante da votação, em primeiro turno, do projeto da semana inglesa, foi a pressão que os comerciantes conseguiram exercer sobre o plenário da Câmara Legislativa. O sindicato da categoria lotou as galerias com trabalhadores, portando faixas e cartazes reivindicando o voto favorável dos parlamentares.

A estratégia deu tão certo que a matéria foi aprovada por unanimidade, no dia 1º de abril, revertendo metas de deputados, tradicionalmente contrários à semana inglesa como os de Jorge Cauhy (PL), Manoel de Andrade (PTR) e Aroldo Satake (PDS). Na votação da proposta em segundo turno (dia 2 de abril) os trabalhadores repetiram com sucesso o esquema conseguindo a aprovação da semana inglesa.

Demissões

O Legislativo, entretanto, não contava com repercussão desfavorável à medida na sociedade e as declarações do empresariado que o projeto traria como consequência a demissão de cerca de 20 mil funcionários, três mil dos quais apenas nos supermercados porque seu texto limitava o funcionamento do comércio aos sábados das 8h00 às 12h00, permitindo abertura apenas se houvesse acordo com o Sindicato dos Comerciários.

Logo se observou que a comunidade não apoia a medida, como atestou pesquisa divulgada pelo Jornal de Brasília em 14 de abril. Diante deste contexto, os deputados se viram obrigados a recuar de sua posição inicial. Eles reconheceram que a semana inglesa foi pouco discutida com a população, a pressão do lobby dos comerciantes na votação e a precipitação na avaliação do projeto.

Veto

A partir daí, começaram a surgir as declarações a favor do voto à matéria, posição publicamente defendida por Jorge Cauhy (PL), Manoel de Andrade (PTR), Maurílio Silva (PTR) e José Edmar (PSL).

Esta tendência ganhou corpo e se concretizou durante reunião realizada entre o governador Roriz

e parlamentares no último dia 22, quando nove se posicionaram pelo voto e sete sugeriram a sanção ou voto condicionado à substituição do texto original por outro acordado entre Executivo, Legislativo, comerciantes, comerciários. Desta maneira, o voto não é uma surpresa, nem a tendência na Câmara pela sua confirmação.

e parlamentares no último dia 22, quando nove se posicionaram pelo voto e sete sugeriram a sanção ou voto condicionado à substituição do texto original por outro acordado entre Executivo, Legislativo, comerciantes, comerciários. Desta maneira, o voto não é uma surpresa, nem a tendência na Câmara pela sua confirmação.



Comerciários ocuparam a galeria para influir na votação

Decisão tem o apoio de 65%

Pesquisa divulgada dia 14 de abril pelo Jornal de Brasília indica que o voto do governador Joaquim Roriz ao projeto de semana inglesa conta com o apoio de 65% dos consumidores de Brasília. Apenas 35% eram favoráveis à sanção da proposta, de acordo com resultado da pesquisa encomendada pelo JBR e Instituto Soma, e realizada no dia 11 de abril, quando 512 pessoas foram ouvidas no Plano Piloto e cidades-satélites.

A metodologia aplicada na coleta dos dados, segundo a empresa, limita a margem de erro na pesquisa em 3%. A pesquisa revela também, que 58,4% dos consumidores são contrários ao fechamento do comércio ao meio-dia de sábado, contra 29,4% favoráveis à ideia. Metade dos consumidores (50,4%) é de opinião que a mudança do horário do comércio com a implantação da semana inglesa — funcionamento nos dias úteis das 8h00 às 22h00 e aos sábados das 8h00 às 12h00 — prejudicaria sua rotina de compras.

Reforça esta tendência o fato de que 58,7% dos consumidores concordaram com a afirmação de que o fechamento antecipado do comércio contribuiria para o aumento do movimento no sábado pela manhã e demais dias da semana, atrapalhando a vida da cidade. Um percentual de 66,1% aponta, ainda, que o projeto traria a possibilidade de prejuízo às atividades comerciais da cidade, enquanto 18,8% encaram este aspecto de forma indiferente e 13,2% opina que o setor seria beneficiado.

A exceção de Ceilândia, onde houve empate em 43%, os percentuais de rejeição à semana inglesa foram superiores aos de aprovação em todas as regiões pesquisadas. No Plano Piloto, a desaprovação à proposta foi detectada em 71% dos entrevistados, e, em Taguatinga, este índice atinge 66% dos entrevistados.

Cruzamento de dados realizado pela Soma mostra ainda que a simpatia pela semana inglesa está inversamente relacionada com a renda média da região de moradia dos entrevistados. No Plano Piloto, por exemplo, mais de 73% são contrários à proposta, enquanto em Ceilândia e em Samambaia o índice de desaprovação cai a 43%.

Cronologia

1º de abril	A Câmara Legislativa aprova por unanimidade o projeto da Semana Inglesa. Comerciantes afirmam que sua implantação provocará a demissão de 20 mil funcionários.
2 de abril	O projeto é aprovado pela Câmara em segundo turno. Acabada a votação, o líder do governo, deputado Maurílio Silva (PTR), anuncia que o governador Joaquim Roriz vai vetar a matéria por ser constitucional. Comerciantes voltam a insistir que a medida gerará desemprego de 20 mil pessoas, três mil só nos supermercados.
3 de abril	Comerciantes anunciam a realização de feiras nos estacionamentos dos shoppings como alternativa à queda da atividade comercial com a Semana Inglesa. O governador Roriz afirma que ouvirá a sociedade antes de se definir sobre o voto ou não ao projeto.
4 de abril	Deputados admitem que houve precipitação na votação da matéria e Jorge Cauhy (PL) e Manoel Andrade (PTR) afirmam que votaram favorável ao projeto no primeiro turno por se sentirem pressionados pelos comerciantes nas galerias no momento da votação. Roriz acusa o Sindicato dos Comerciários de veicular nas tevê video para confundir a população antecipando posição favorável sobre a sanção. Na peça publicitária, seu depoimento é referente a 23/11/89 sobre projeto que tramitou no Senado.
11 de abril	Deputados começam a se posicionar a favor do voto do governador. José Edmar, Jorge Cauhy e Manoel de Andrade fazem declarações neste sentido.
12 de abril	Roriz afirma que tomará decisão sobre a questão depois de analisar a repercussão do projeto na sociedade.
13 de abril	Jornal de Brasília publica pesquisa onde 65% da população se posiciona a favor do voto à Semana Inglesa.
15 de abril	O presidente da Câmara, Salviano Guimarães (PFL), e o líder do governo, Maurílio Silva (PTR), propõem negociação entre Executivo, Legislativo, comerciantes e comerciários para mudar o projeto aprovado.
16 de abril	Salviano Guimarães formaliza o convite ao entendimento.
17 de abril	Reunião informal entre as partes.
18 de abril	Fracassa a primeira reunião de entendimento. Comerciantes e comerciários não chegam a acordo. Formada comissão para a busca de consenso.
19 de abril	Governador afirma que ouvirá parlamentares antes de se definir sobre o voto.
22 de abril	Após encontro com deputados o governador torna anúncio.
25 de abril	A segunda reunião de entendimento termina em bate-boca.
25 de abril	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
26 de abril	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
27 de abril	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
28 de abril	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
29 de abril	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
30 de abril	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
31 de abril	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
1º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
2º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
3º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
4º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
5º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
6º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
7º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
8º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
9º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
10º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
11º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
12º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
13º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
14º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
15º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
16º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
17º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
18º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
19º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
20º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
21º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
22º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
23º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
24º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
25º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
26º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
27º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
28º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
29º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
30º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
31º de maio	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
1º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
2º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
3º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
4º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
5º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
6º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
7º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
8º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
9º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
10º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
11º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
12º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
13º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
14º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
15º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
16º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
17º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
18º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
19º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
20º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
21º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
22º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
23º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
24º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
25º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
26º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
27º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
28º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como veta.
29º de junho	Roriz anuncia voto alegando inconstitucionalidade. A Câmara é tida como